



A Assembleia da República aprovou em maio, por maioria, o projeto da coadoção da socialista Isabel Moreira

SOBRE REFERENDO

“
[Há um] debate que não extravasou as paredes deste Parlamento. Entendemos que é uma matéria de modelo de sociedade, de justiça social”

HUGO SOARES
DEPUTADO DO PSD

“
Agora encontraram este estratagem de aparecer com uma proposta de referendo, que é um ato antidemocrático e pouco leal do ponto de vista político”

ISABEL MOREIRA
DEPUTADA DO PS

“
O que nos parece, com todo o respeito, é que os portugueses têm preocupações bastante mais exigentes e difíceis no seu quotidiano”

FONTE PARLAMENTAR
CDS

Referendo sobre coadoção só deve ser decidido em janeiro

Parlamento. Discussão na comissão foi retirada da ordem de trabalhos. Socialistas querem debate e votação em plenário, como aconteceu com os outros referendos. Bancada do PSD vai ainda decidir se dará liberdade de voto

MIGUEL MARUJO

É mais um adiamento no debate da coadoção. A Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias já não discute amanhã o projeto de resolução social-democrata a propor um referendo sobre o tema, confirmou ao DN o presidente da comissão e deputado do PSD, Fernando Negrão.

O motivo é um só: a bancada social-democrata queria realizar a discussão na comissão, para depois levar a votar no plenário. O PS insistiu que também teria de haver debate no hemiciclo, que não ficasse fechado na comissão – tal e qual como nos outros três referendos (propostos pelo PSD e discutidos em plenário), explicou ao DN o deputado Pedro Delgado Alves.

Agora a decisão está nas mãos da conferência de líderes parlamentares, que só se realiza para a próxima semana, a 18 de dezembro, e aí será agendada a sua discussão e votação. Mas o Parlamento, depois dessa reunião dos líderes, só reunirá o plenário por mais

três vezes até ao final do ano – nessa tarde de 18, na tarde de 19 e na manhã de 20, e já com uma agenda intensa, que dificilmente seria alterada (com dois debates com o primeiro-ministro e uma interpelação ao Governo).

Só a 8 de janeiro (data do primeiro plenário, depois da pausa de Natal e Ano Novo), ou depois, é que a Assembleia da República deverá finalmente discutir a iniciativa de de deputados sociais-democratas, pertencentes à “juventude” do partido, que quer referendar a possibilidade de coadoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casados ou unidos de facto – hipótese esta que não consta no diploma original (*ver caixa com as perguntas propostas pelo PSD*).

Este atraso não colide com a intenção do PSD em realizar o referendo na mesma data das eleições europeias, como admitiu ao DN, a 23 de outubro, o líder da JSD, Hugo Soares, depois de a maioria parlamentar ter aprovado um requerimento a adiar a votação global final da discussão e votação do pro-

As perguntas

“Concorda que o cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo possa adotar o filho do seu cônjuge ou unido de facto?”

“Concorda com a adoção por casais, casados ou unidos de facto, do mesmo sexo?”

Projeto de lei socialista da autoria de Isabel Moreira que estabelece aquela coadoção.

O diploma do PS pretende estabelecer o vínculo de parentalidade de um dos elementos do casal (pai ou mãe biológica ou adotante) ao cônjuge que ainda não o possui em relação à criança. Este texto foi votado favoravelmente na generalidade, a 17 de maio, com alguma surpresa, depois de 16 deputados do PSD o terem viabilizado (e com três abstenções centristas).

Desde então o diploma arrastase na especialidade. Primeiro, a 23

de julho, os sociais-democratas fizeram aprovar (na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais) um requerimento que adia para o início da sessão legislativa seguinte, em setembro, a votação final do diploma do PS.

Votação final adiada segunda vez
No regresso da sessão legislativa, e só depois de passada a campanha eleitoral das autárquicas, o tema voltou a ser discutido no Parlamento. E os deputados “laranjas” sacaram do referendo, o que motivou as críticas da oposição de esquerda e a irritação nos centristas, que não foram informados da iniciativa, apesar de terem aprovado o novo requerimento a adiar, pela segunda vez, a votação global final. “O que nos parece, com todo o respeito, é que os portugueses têm preocupações bastante mais exigentes e difíceis no seu quotidiano”, insistia então uma fonte parlamentar do CDS.

Com a proposta de referendo, o processo legislativo pode ficar suspenso até à sua eventual realização. A bancada do PSD deve decidir brevemente se dará liberdade de voto aos seus deputados.

CONSULTAS

Aborto e regiões já foram a votos

► O primeiro referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez foi também a primeira experiência do género em Portugal, a 28 de junho de 1998. Meses depois, os portugueses eram de novo chamados a pronunciar-se sobre a regionalização do País, a 8 de novembro de 1998. Dois referendos, dois votos contra: a direita (PSD e CDS – de Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas – lideraram o voto “não” pela despenalização do aborto e das regiões) saía vitoriosa, com o Governo de António Guterres a ser penalizado. Mais tarde, já em 2007, há um segundo referendo à despenalização do aborto. Nesse 11 de fevereiro, o resultado é o contrário de 1998, com o “sim” a ganhar.